

As relações bilaterais Brasil–Nigéria: um estudo de caso do período colonial aos dias de hoje¹

*Ana Carolina Melos**
*Victor Merola***

RESUMO: O presente artigo se pretende a uma análise sobre as relações entre Brasil e Nigéria, uma das grandes economias africanas da atualidade. A partir da apresentação de características gerais e da análise de períodos históricos e contemporâneos, procuramos elucidar como as relações entre ambos os países são, de fato, mutuamente benéficas dentro do âmbito do surgimento de uma nova ordem internacional crescentemente multipolar e multilateral. Em termos de política externa brasileira, busca-se demonstrar a importância da diversificação de parceiros políticos e econômicos para o posicionamento ativo do Brasil nessa nova ordem.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Brasil-África. Relações Brasil-Nigéria. Política Externa Brasileira. Atlântico Sul. Relações Sul-Sul.

¹ Trabalho realizado durante a disciplina “Seminário Temático de Relações Internacionais”, ministrada pela Profa. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira, no período 2013/2.

* Graduanda do oitavo semestre do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: anamelos.sousa@gmail.com

** Graduando do oitavo semestre do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: victor.merola@gmail.com

1 Introdução

As relações internacionais brasileiras sofreram bruscas mudanças de foco com o advento do Governo Lula. Muito preocupado em firmar e fortalecer parcerias com países emergentes, Lula lançou as bases para uma política africana consolidada, retomando relações que haviam sido abandonadas ao longo dos anos 1990, com o advento da adoção do paradigma neoliberal. O Brasil volta-se, então, novamente para África, enxergando nela um potencial parceiro. Nesse sentido, a Nigéria, país com o qual o Brasil sempre manteve laços mais fortes de cooperação, sendo, inclusive, o maior parceiro comercial brasileiro no continente africano (MACHADO, 2013), aparece novamente como um importante ator nessa nova postura do governo brasileiro.

É seguindo tal proposição que o presente trabalho se propõe a analisar, a seguir, esse país estratégico para os interesses brasileiros no âmbito de expansão diplomática em direção ao Atlântico Sul, apresentando um quadro geral com características, vantagens e desafios a serem encarados pelo atual Governo Dilma, o qual se propõe a uma continuidade desta política de aproximação, não somente com a Nigéria, mas com todo o continente africano.

2 Nigéria: principais características

Formada por 389 diferentes grupos étnicos, dos quais a aglomeração Hauçá-Fula, os Igbos e os Iorubás constituem os mais representativos, a Nigéria é o país mais populoso do continente africano e o oitavo mais populoso do mundo, com cerca de 168,8 milhões de pessoas, cuja maioria ainda vive na zona rural (CIA, 2012). Em 2013, foi anunciado que a Nigéria passou a ocupar a posição de país africano com o maior PIB – aproximadamente 500 bilhões de dólares –, ultrapassando, dessa maneira, a África do Sul (NIGERIA BECOMES..., 2014). Sua economia é baseada principalmente no setor industrial, como se pode observar através dos dados de distribuição do PIB, ficando essa área com cerca de 43%, enquanto agricultura e serviços detêm, respectivamente, 30,9% e 26% (CIA, 2012).

Na região do Delta do Níger, estão localizados os principais poços de petróleo do país e também concentradas as principais indústrias nigerianas, reunindo, dessa forma, o maior contingente populacional do território. Todavia, essa população não é necessariamente beneficiada com a indústria do petróleo, observando-se uma crescente marginalização ao redor dos grandes centros urbanos. Não à toa, a miséria é uma mazela visível e devastadora no país: no ano de 2010, cerca de 70% dos nigerianos viviam abaixo da linha da pobreza, indicando um gravíssimo problema de concentração de renda no país (CIA, 2012).

Em 2007, 50,5% da população era apontada como islâmica e 48,2% como cristã. Nota-se que, de uma maneira simplificada, o norte é a região de maior concentração de grupos islâmicos. Leva-se em consideração também que o Norte apresenta índices de desenvolvimento consideravelmente menores que o Sul, não havendo necessariamente uma relação direta dos fatos, haja vista que a região Sul é onde se localizam os grandes centros industrializados da Nigéria.

O grande potencial petrolífero da região do Golfo da Guiné, na qual a Nigéria se insere territorialmente, confere ao país um papel de importante ator no cenário internacional, dada a importância que as questões energéticas têm ocupado na agenda global. O petróleo – juntamente com seus derivados –, aparece como principal produto da pauta de exportações nigerianas, desde os anos 1970, representando atualmente cerca de 95% do total (CIA, 2015; BRASIL, 2014). Nesse sentido, os EUA mostram-se como maiores parceiros comerciais da Nigéria, responsáveis por aproximadamente 38% do total exportado pelo país africano, não apenas em petróleo, ainda que ele apareça como principal mercadoria (BRASIL, 2014). Já em termos de importações, os principais produtos da pauta estão relacionados à indústria de base, como maquinário, e à química, assim como manufaturados em geral e alimentos. Nessa área, a origem mais comum dos produtos está, em ordem decrescente, na China, com 18,2%, nos EUA, com 10%, e na Índia, com 5% (CIA, 2015).

Uma rápida análise desses dados nos permite chegar à conclusão preliminar de que, apesar de apresentar impressionantes taxas de crescimento econômico, a dependência da Nigéria de seus recursos energéticos é um fator de desestabilização. Infelizmente, um comércio baseado na exportação de matérias-primas e na importação de bens manufaturados ainda coloca o país em uma posição de relativa subserviência frente a grandes potências. Além disso, a própria importação de alimentos é um fator preocupante, visto que o país ainda possui uma maioria agrária, evidenciando que nem ao menos as técnicas de agricultura são bem desenvolvidas. Todavia, deve-se elencar a eventual possibilidade de inversão dessas tendências com a crescente valorização de políticas que buscam o desenvolvimento econômico inclusivo e a cooperação internacional com os países emergentes (PENHA, 2011).

Acerca de seu sistema político, a Nigéria é tida como uma República Federativa Presidencial, sendo seu atual presidente Muhammadu Buhari, eleito em 2015 (NIGERIA ELECTION..., 2015). Segundo essa organização administrativa, os estados apresentam uma relativa autonomia, sendo os estados do Sul governados pela Common Law², e os do Norte, pela Shari³ (REYNOLDS, 1999 apud OLIVEIRA, 2012), seguindo, portanto, influências religiosas. São dois os principais partidos no país: o People's Democratic Party (PDP - Partido Democrático do

² Direito desenvolvido através das decisões de tribunais, sem ação legislativa ou executiva.

³ Direito islâmico.

Povo), partido que era situação antes do processo eleitoral do corrente ano, e o All Progressives Congress (APC - Congresso de Todos Progressistas), uma coalizão de partidos de oposição, representada agora por Buhari. Apesar de ambos seguirem de certa forma ideologias de direita, o PDP tem inclinações mais desenvolvimentistas quando se trata de políticas de inclusão social. A configuração dos partidos não reflete necessariamente diferenças entre Norte e Sul e lideranças de ambas as regiões tendem a se intercalar mediante a um “acordo de cavalheiros” existente entre as elites governantes locais (OLIVEIRA, 2012).

3 Histórico da inserção internacional nigeriana

Em meio à época de expansões dos grandes impérios europeus no século XIX, o território, que viria a ser conhecido como Nigéria, foi colonizado pelo Império Britânico em 1861. O momento de delimitações das fronteiras já foi problemático no sentido de que reuniu, sob o mesmo espaço, diferentes etnias que deveriam agora ser governadas por uma entidade central estrangeira.

No período de 1904 até 1914, já reconhecendo a dificuldade de administrar um território tão heterogêneo, a Coroa Britânica divide a Nigéria em dois protetorados: o Protetorado do Norte e o Protetorado do Sul⁴. Ambos seriam administrados de maneiras diferentes no que diz respeito à economia, educação e infraestrutura, resultando, desde já, em um desenvolvimento maior no Sul. Esse modelo foi encerrado, em 1914, por acreditar-se que uma administração unificada poderia reduzir custos, alocando melhor os recursos disponíveis. Contudo, em 1947, buscando uma maneira de retirar gradualmente suas responsabilidades administrativas da colônia, a Grã-Bretanha divide novamente o território, agora em três regiões: o Norte Hauçá-Fula, o Oeste Iorubá e o Leste Igbo. Ressalta-se aqui como a divisão do território desde cedo incentivada pelos britânicos contribui historicamente para a falta de coesão interna na Nigéria (OLIVEIRA, 2012).

A partir de 1960, dentro de uma realidade de libertações de colônias na África, a Nigéria inicia as negociações para sua independência. Nesse período, a Grã-Bretanha já havia perdido seu interesse em manter suas colônias africanas devido aos dispêndios excessivos em que sua manutenção lhe custaria. Para o país, muito mais interessante do que engajar-se em guerras na África era conceder liberdade a suas colônias e manter boas relações com as elites locais, de modo a continuar obtendo acesso facilitado a recursos naturais estratégicos. Nesse ínterim, sua independência é concedida no mesmo ano, sem maiores conflitos.

A independência, sob a liderança de Balewa (1960-1966), resulta em um país fraco e pouco coeso. Como explicado por Clapham (1996), os países da África

⁴ O Protetorado do Norte foi assentado com base no poder dos emires locais, enquanto no Protetorado do Sul foi imposto o governo tradicional estrangeiro.

Subsaariana, recém-independentes, sofreram com diversas mazelas endêmicas ao seu processo de formação como Estados debilitados. A própria artificialidade das fronteiras já serve como evidência do surgimento de um território anterior ao Estado em si. Para além dessa questão, a permanência de um aparato administrativo oriundo diretamente de estruturas coloniais serve para atrelar esses países aos interesses de suas ex-metrópoles, garantindo a manutenção de uma posição de subserviência. Tais Estados só obtiveram reconhecimento pela comunidade internacional devido a seus recursos naturais estratégicos. Ou seja, sua existência se deve à barganha utilizada por seus líderes com o pouco que estes tinham sob seu controle direto.

Não surpreendentemente, a Nigéria independente se enquadrava nesse perfil. O forte federalismo herdado da administração britânica serviu em grande parte como um fator atenuante das desigualdades entre a população nigeriana. Manter a coesão interna do país frente a uma sociedade dividida por diferentes interesses político-econômicos era uma tarefa extremamente difícil para os governantes daquela época. Os constantes conflitos entre o Norte e o Sul apenas evidenciavam os problemas estruturais advindos da formação do Estado nigeriano (CLAPHAM, 1996).

A instabilidade política era traduzida em sucessivos golpes de Estado, que impediam que lideranças de longa duração estabelecessem um domínio efetivo sobre o país heterogêneo. Aliado a todos esses fatores estava a dependência externa em relação à Grã-Bretanha, praticamente nos mesmos moldes coloniais. Apesar de todos esses fatores, já se via, desde tal período, um princípio de liderança regional, em que a Nigéria reconhecia-se como capaz de mobilizar os interesses de nações aliadas na África Ocidental.

Nesse contexto, a Guerra do Biafra, que se estendeu de 1967 a 1970, serviu como um marco para a política externa nigeriana. O conflito em questão consistiu em um movimento separatista da região do Biafra, que no caso englobava os principais poços de petróleo do país no Delta do Níger. Apesar de ser declaradamente um movimento de uma etnia descontente, a posição estratégica do Biafra revela claros motivos políticos e econômicos para tal, com o envolvimento direto de potências externas. A participação francesa, por exemplo, através da petrolífera Elf, apoiando explicitamente o líder do movimento, Ojukwu, deixava claras as intenções da potência europeia de incorporar a região à Françafrica⁵. Além da França, estavam contrários ao governo central de Gowon a África do Sul do *Apartheid*, Portugal salazarista e a China anti-soviética. O apoio veio somente pelas forças britânicas, que não permitiriam a perda de recursos naturais de fácil acesso, e da União Soviética, que reagia a avanços franceses (OLIVEIRA, 2012).

⁵ O termo “Françafrica”, cunhado por Verschave (2005), serve para designar a esfera de influência francesa na África, mantida por um complexo e endêmico sistema de corrupção. Deve-se ressaltar que a Françafrica não permaneceu restrita aos países francófonos, uma vez que a França buscou expandir ao máximo este sistema de dominação.

As perdas devastadoras do conflito, envolvendo a morte de mais de um milhão de nigerianos pela fome, foram o ponto de inflexão do país. O Governo não mais permitiria a desagregação de seu território por ambições imperialistas e para isso deveria adotar uma estratégia de mobilização internacional pelos interesses africanos. Segundo Pham (2007 apud MACHADO, 2013):

O resultado da guerra apontou a necessidade de a Nigéria assegurar uma vizinhança amistosa, em que a influência de atores externos fosse limitada, além de demonstrar a importância de instituições multilaterais continentais para a manutenção da unidade estatal.

Dessa maneira, a liderança nigeriana seria instrumentalizada pela criação da ECOWAS (*Economic Community of West Africa States*⁶) em 1975. A organização surge, então, com o objetivo de facilitar o comércio entre os Estados-membros e, assim, desenvolver a região. Entretanto, os objetivos da Nigéria eram muito mais amplos do que apenas a cooperação econômica, sendo a confluência de interesses políticos para a África Ocidental vital para seu funcionamento e atuação contra a desestabilização externa. A aliança securitária formada a partir da ECOWAS seria um importante passo para a mobilização de um esforço conjunto de combate à Françáfrica (OLIVEIRA, 2012; ECOWAS, 2012).

Com a valorização do petróleo da década de 1970, a Nigéria se viu, enfim, em um época de relativa prosperidade econômica e militar advinda de seu eficaz poder de barganha. Além dessa valorização, conta como importante fator externo a então dinâmica da Guerra Fria, com a ascensão de novos pólos capitalistas e a disputa de dois blocos por influência em zonas periféricas na África e na Ásia. O país viria a exercer uma “diplomacia do petróleo”, permitindo uma postura mais assertiva, independente e reivindicatória⁷. A Nigéria aproveita esse momento para buscar a consolidação de instituições democráticas no país e fortalecer seu aparelho estatal, permitindo um controle central sobre os ganhos advindos do petróleo. Continuará também a exercer uma forte liderança regional pelo âmbito da ECOWAS, influenciando diretamente seus vizinhos (MACHADO, 2013).

Entretanto, os desequilíbrios inerentes aos Estados artificiais da África Subsaariana, como a Nigéria, viriam a ser exacerbados com a crise da década de 1980 (VISENTINI, 2012). A desvalorização do petróleo, única fonte de ganhos econômicos para o país, impediria que o Governo nigeriano conseguisse exercer sua prévia influência econômica e política. Ademais, a perda da importância geoestratégica da África com o arrefecimento da bipolaridade típica da Guerra Fria, que chegava ao seu fim, viriam impactar profundamente o continente.

⁶ Em tradução livre, Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental.

⁷ A Nigéria veio a utilizar este poder, inclusive, para negociar com o Brasil em 1974, demonstrando como ela busca até mesmo forçar a mudança na postura de atores externos (MACHADO, 2013).

Nesse ínterim, a Nigéria procura se recuperar através de táticas de liberalização, agravando mais ainda a sua frágil situação devido ao crescente endividamento e permitindo a atuação de práticas exploratórias de empresas petrolíferas (TORRES, 1986). O cenário doméstico volta a ficar instável e fragmentado, com sucessivos golpes de Estado, protestos e esquemas de corrupção. Isto leva a Nigéria a retrain a sua política externa através da estratégia de círculos concêntricos, dando prioridade a seus vizinhos imediatos, depois à região e por último ao cenário internacional (OLIVEIRA, 2012).

A década de 1990 não presencia muitas mudanças positivas para o país que ainda se vê pesadamente endividado. São realizadas tentativas de reação à posição desfavorável do país por meio da ECOWAS e da Organização da Unidade Africana (OUA), mas estas não obtêm os resultados inicialmente almejados. Por fim, a crescente instabilidade interna, resultando em atitudes repressivas e violações de Direitos Humanos, causa reprovação da comunidade internacional frente ao país.

O fim do século XX testemunha o Renascimento Africano, época em que o potencial econômico dos países africanos é reconhecido pelos países emergentes e que este começa a ser devidamente explorado. Em meio a tal cenário, a Nigéria ocupa um papel de centralidade, tendo em vista a suas características inerentes que a tornam candidata a ascender regionalmente como um país industrializado. O advento da democratização com a eleição de Obasanjo, em 1999, portanto, abre caminho para o desenvolvimento interno do país (MACHADO, 2013).

A retomada da diplomacia econômica permite que a Nigéria seja foco de atração de investimentos diretos externos. De modo a combater persistentes ameaças à coesão interna, o Governo procurou implementar diversas reformas, combater ativamente a corrupção que desvia os ganhos do petróleo e lançar iniciativas econômicas de inclusão social. O resultado de todas estas políticas foi a retomada do crescimento econômico, permitindo que o país exercesse novamente um papel de liderança. Parcerias estratégicas são estabelecidas, notavelmente com países emergentes, e o regionalismo é refortalecido pela ativa atuação nigeriana na ECOWAS e na União Africana (UA) (MACHADO, 2013).

A eleição de Umaru Yar'Adua, em 2007, e o subsequente governo de Goodluck Jonathan, que assume em 2010 após seu falecimento, deram continuidade a tais políticas, buscando relativa moderação em relação a políticas liberais e incentivo à distribuição de renda. Procuraram também enfatizar a importância da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento econômico e para fortalecer alianças, notavelmente com os BRICS⁸ (PENHA, 2011). Até o presente momento, tais iniciativas têm resultado em um crescimento econômico significativo para o país, mas com persistência da desigualdade.

⁸ Acrônimo para designar o fórum multilateral composto por cinco potências emergentes, quais sejam: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

4 Histórico de aproximação entre os dois lados do Atlântico

Os primeiros contatos entre brasileiros e nigerianos estão diretamente associados à questão do tráfico negreiro. O tipo de colonização que se instalou no Brasil, nas mãos da metrópole portuguesa, era baseada em três pilares: o latifúndio, a monocultura e a utilização de mão de obra escrava (FURTADO, 2007). Essa mão de obra, depois de uma tentativa de utilização do trabalho dos indígenas locais, era constituída de africanos trazidos em massa, contra sua vontade, para viver em condições desumanas, submetidos ao trabalho intensivo das lavouras brasileiras.

A região do Delta do Níger foi uma das mais importantes ao tráfico negreiro, tendo em vista o intenso fluxo de escravos originários dessa localidade, muito em devido à sua localização. Cerca de cinquenta mil escravos foram enviados dali com destino à América no século XVIII, período de auge do tráfico, o qual seria extinto pela Inglaterra – metrópole nigeriana – em 1815 (RODRIGUES, 1964). Muitos desses escravos foram trazidos, portanto, para o Brasil, fazendo parte de nossas raízes culturais e étnicas e contribuindo para a formação da sociedade brasileira.

Findado o tráfico de escravos, não houve qualquer ímpeto para o estabelecimento de uma política africana no país, causando o afastamento do Brasil em relação à África como um todo e, conseqüentemente, à Nigéria. Por sua vez, o retorno desses ex-escravos para seu continente de origem, em especial na região do Golfo da Guiné, produziu, contudo, um efeito um tanto peculiar: para os nativos, essa população que regressava era vista como ocidentalizada, constituindo-se, assim, uma nova elite local (VISENTINI, 2010). Cumpre ressaltar, a partir disso, o contato prévio do Brasil com essa elite, fato esse que favoreceria relações futuras entre os dois países. A verdade é que esse afastamento prolongado do Brasil com o continente africano está relacionado com a visão preconceituosa da elite local, que buscou sempre renegar suas raízes negras, retardando o processo de aproximação (RODRIGUES, 1964).

4.1 Estabelecimento de relações diplomáticas: a Nigéria independente

Será somente na década de 1960 que o Brasil vai estabelecer uma política africana de fato, ainda que relativamente fraca e instável. A África, agora praticamente independente, passa a ser vista pelo Brasil como um novo espaço para a ampliação de sua zona de influência, na tentativa de se estabelecer como um pólo na região (PENHA, 2011). Esse novo momento do país no cenário internacional é marcado, então, pelo lançamento da Política Externa Independente – a qual perpassa os governos de Jânio Quadros e João Goulart e busca acabar com

a subordinação das relações exteriores brasileiras em relação aos EUA e ao centro tradicional como um todo – em um movimento que perdura até o final do Governo Sarney, apesar dos recuos causados pela política externa adotada nos governos de Castelo Branco e Costa e Silva durante os primeiros mandatos do regime militar (VISENTINI, 2004 apud MACHADO, 2013).

Esse novo momento das relações diplomáticas do Brasil se insere em uma nova configuração do cenário internacional à época, a partir de um arrefecimento das tensões entre EUA e União Soviética e o surgimento de um Terceiro Mundo forte que vem para lutar por um espaço de destaque no sistema internacional (MACHADO, 2013). Em consonância com isso, o Brasil inaugura, então, uma nova fase de seu projeto desenvolvimentista, no qual a África aparece como potencial parceira.

A Nigéria entra, assim, como um dos principais nomes dessa parceria na África. As relações entre os dois países quase sempre foram harmônicas – com algumas notáveis exceções⁹ – e benéficas aos dois lados. Em termos econômicos, o país africano aparece como um grande exportador de petróleo devido às suas grandes reservas naturais – as maiores da África Subsaariana (MONIÉ, 2012) –, motivo pelo qual o Brasil buscou fortalecer seus laços na década de 1970, quando da eclosão das duas crises do petróleo, em que o preço do produto sofreu aumentos bruscos e inesperados, atingindo de forma mais grave países do Terceiro Mundo, totalmente dependentes do mercado internacional (DÁVILA, 2010).

Além disso, cumpre ressaltar que a aproximação entre os dois países é visível também através de sua atuação em fóruns multilaterais, nos quais Brasil e Nigéria compartilham de ideias e discursos semelhantes, buscando promover o desenvolvimento do antigo Terceiro Mundo (MACHADO, 2013). Ademais, é importante colocar que Lagos – antiga capital nigeriana – foi sede da primeira embaixada brasileira¹⁰ no continente africano, cabendo observar a receptividade do povo local para com os diplomatas que para lá eram enviados (DÁVILA, 2010).

⁹ A Nigéria criticou a postura brasileira em relação a Portugal, tendo em vista que esse país procurava manter suas vantagens em relação aos países africanos sobre os quais teve domínio colonial. O Brasil manteve, por algum tempo, uma posição ambígua quanto a essa questão, pois ao mesmo tempo que estreitava laços com as Nações africanas, sustentou uma relação bem próxima com a antiga metrópole. Além disso, foi ponto de crítica também o posicionamento do Brasil frente ao regime racista do Apartheid na África do Sul, com a qual o país manteve relações durante o período (VISENTINI, 2004 apud MACHADO, 2013).

¹⁰ A Embaixada Brasileira em Lagos foi inaugurada em 1963, tendo como um de seus objetivos levar para a África a ideia de que o Brasil constituía, sim, uma democracia racial, com muitas semelhanças com o povo nigeriano pela herança escravocrata, apesar do histórico de preconceito racial existente no país (PENHA, 2011).

4.2 O pós Guerra Fria nas relações Brasil-África: surgimento de uma nova política africana

A década de 1990, com o fim do governo Sarney, trouxe, no entanto, um novo período de afastamento do Brasil para com a África. Essa nova fase, inaugurada com o Presidente Collor, foi caracterizada por uma nova configuração do sistema internacional, marcada pelas dificuldades econômicas enfrentadas pelos países do Terceiro Mundo e pela consolidação dos EUA enquanto potência hegemônica.

No início dos anos 1990, os países periféricos ainda sofriam os efeitos causados pelas medidas adotadas pelo presidente norte-americano à época, Richard Nixon, que pôs fim aos lastreamentos de ouro em dólar¹¹, em 1971, gerando a desvalorização de todas as moedas (KRUGMAN, 1996), além das crises do petróleo, de 1973 e 1979 (VISENTINI, 2012). Esses movimentos da economia internacional geraram grande fluxo inflacionário no Terceiro Mundo, aumentando a necessidade de empréstimos internacionais para financiar seu processo de desenvolvimento.

É criado, então, sob liderança do governo dos EUA, um conjunto de medidas obrigatórias, de liberalização econômica para os países subdesenvolvidos que contraíssem empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou do Banco Mundial – instituições norte-americanas. As políticas neoliberais empregadas no Brasil trouxeram um novo perfil de política externa, de alinhamento automático com os EUA e conseqüente abandono das relações com a África (VISENTINI, 2010). Por seu turno, o continente africano também passava por um conturbado período, marcado por diversos conflitos civis que traziam instabilidade à região, além das conseqüências do emprego das tais políticas neoliberais. Houve, portanto, uma seletividade das relações brasileiro-africanas, não se podendo falar de um afastamento total, mas sim relativo.

O Brasil priorizou, então, suas relações com a África do Sul, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e a Nigéria, buscando alocar, da melhor forma possível, os poucos recursos disponíveis (MACHADO, 2013). O petróleo, claramente, foi o principal fator que impulsionou essa continuidade. Pode-se notar, nessa época, como fato que corrobora as informações anteriores, uma significativa queda dos fluxos de comércio do Brasil com a África, atingindo, nas exportações, cerca de 3%, número bem inferior aos 7% do Governo Figueiredo (LECHINI, 2006 apud MACHADO, 2013).

¹¹ O crescimento acelerado das economias alemã e japonesa geraram desvalorização do dólar ao longo da década de 1960. Além disso, a economia norte-americana já vinha sofrendo com os custos gerados pela Guerra do Vietnã e todos os esforços lá empregados. Dessa forma, a atitude de Nixon é uma reação ao cenário desfavorável, na tentativa de recuperar o prestígio da moeda nacional, pondo fim ao lastreamento dólar-ouro (KRUGMAN, 1996; KISSINGER, 1994; VISENTINI; PEREIRA, 2012; PADRÓS, 2000).

Ainda que Itamar¹² e Fernando Henrique, em seu segundo mandato, tenham incentivado revisões dessa situação, foi somente no Governo Lula que a África se tornou um dos principais focos da política externa brasileira (VISENTINI, 2010). A iniciar por suas constantes visitas ao continente, Lula buscou na África um grande parceiro para seu projeto de cooperação sul-sul, a fim de desenvolver não só o Brasil, mas também o outro lado dessa relação. O Presidente brasileiro se movia acompanhando a tendência à multipolaridade do sistema internacional, que saía do foco norte-americano para abrir novas fronteiras a partir da ascensão de nações emergentes (MACHADO, 2013).

Em se tratando de Nigéria, percebe-se uma clara intensificação das relações econômicas e político-diplomáticas com o país africano. Abiodun Alao (2011 apud MACHADO, 2013) aponta esse movimento sob a ótica de três fatores: “[...] o aumento da projeção internacional do Brasil, suas crescentes necessidades de recursos naturais para manter o crescimento econômico e percepção da parte nigeriana de que o país poderia obter ganhos expressivos para si” (MACHADO, 2013, p. 59). Ou seja, a intensificação desses laços era vista por ambos os lados como proveitosa e benéfica. A questão do petróleo coloca ainda a Nigéria em posição de parceiro estratégico para o Brasil, na medida em que o torna menos dependente de países desenvolvidos, como os EUA. Não à toa, a Nigéria continuou sendo, na última década, o maior parceiro comercial do país na África, com uma corrente de comércio crescente ao longo do período (MACHADO, 2013).

No campo político-diplomático, as relações entre os dois países foram marcadas pelo bilateralismo e o multilateralismo. O Brasil enxerga o papel de destaque da Nigéria no continente africano, agindo como grande ator em fóruns como a União Africana e a ECOWAS. Além disso, existe uma consonância entre os discursos proferidos por representantes de ambos os países em importantes organizações internacionais, como na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e nas reuniões da Organização Mundial do Comércio (OMC) (PENHA, 2011). Em termos militares e estratégicos, a parceria entre brasileiros e africanos encontra-se fundamentada, direta ou indiretamente, na questão do petróleo, tamanha é a importância do recurso no cenário internacional. Nesse sentido, o fortalecimento da ZOPACAS se torna essencial para a garantia da soberania de ambos os países sobre suas reservas petrolíferas localizadas em solo marítimo (PENHA, 2011).

A descoberta das reservas petrolíferas na camada Pré-Sal brasileira, em 2007, trouxe uma nova postura do governo local em relação à segurança da região. Incapaz de garantir a projeção de poder na região da Amazônia Azul¹³ pela falta

¹² Vale destacar que foi durante o Governo de Itamar que ocorreram os primeiros esforços para a concretização do projeto da ZOPACAS (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul).

¹³ A zona marítima onde estão localizadas as reservas petrolíferas do Pré-Sal foi recentemente denominada “Amazônia Azul”, como uma tentativa de atentar a população sobre a importância estratégica e econômica dos recursos recém descobertos nessa região (AMAZÔNIA..., [2013]).

de recursos militares suficientes, o Brasil enxerga na parceria com outros países do Atlântico Sul uma forma de manter sua soberania sobre a região petrolífera, e, por isso, a importância desse estreitamento de laços com a Nigéria, outra grande produtora com as mesmas grandes dificuldades no que tange a capacidades militares (PENHA, 2011).

Seguindo as iniciativas de caráter multidimensional para a África, incentivadas pelo Governo Lula, a cooperação em áreas secundárias também possui um papel de destaque nas relações entre Brasil e Nigéria (VISENTINI, 2010). A cooperação educacional oferecida pelo Brasil possibilita a capacitação da mão de obra nigeriana, permitindo que esta se insira de maneira mais adequada em um cenário internacional, no qual há uma exigência crescente em relação a conhecimentos técnicos. Nessa mesma linha, a cooperação técnica voltada para a agricultura – oferecida pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) – permite que este setor incipiente se desenvolva, aumentando o bem-estar das populações rurais (GONÇALVES, 2013).

5 Prioridades estratégicas de ação internacional: a Nigéria no cenário internacional atual

Enquanto Estado com grande potencial econômico e político, a Nigéria mantém a busca ativa por um papel de liderança no continente africano, não restrito exclusivamente à região da África Ocidental. Enquanto a cooperação econômica com países desenvolvidos é inegavelmente importante para a dinâmica comercial da Nigéria – notavelmente as exportações de petróleo para zonas altamente industrializadas –, há um reconhecimento por parte das lideranças nigerianas da cooperação Sul-Sul como meio imprescindível para que se atinjam os ambiciosos objetivos de desenvolvimento econômico (PENHA, 2011).

Nesse sentido, as políticas internacionais nigerianas são movidas pela Diplomacia Cidadã, que busca acima de tudo garantir o bem-estar de sua população (MACHADO, 2013). Dessa maneira, torna-se sempre vital enfatizar as políticas de inclusão das camadas menos favorecidas da sociedade, como mencionado anteriormente. De modo a alcançar essas metas, a Nigéria emprega táticas de barganha por seus valiosos recursos energéticos, procurando uma distribuição equitativa de seus ganhos. Os governantes do país também declaram que não somente buscam paz, estabilidade e democracia para dentro de suas fronteiras, sendo também promotores de tais valores para toda África Ocidental (MACHADO, 2013).

Todavia, persistem complexos desafios que impedem que esse caminho seja trilhado facilmente. O Movimento pela Emancipação do Delta do Níger, por exemplo, resgata muito dos acontecimentos de 1967, na Guerra do Biafra, similarmente trazendo à tona questionamentos acerca do caráter étnico que é

declarado pelo movimento. Além disso, tem-se a atuação do Boko Haram, um grupo extremista islâmico que atua no Norte da Nigéria e busca impedir a influência ocidental através da instauração de um Estado islâmico puro governado pela *Shari'a*¹⁴. Ademais, existem ainda os persistentes conflitos ditos religiosos entre grupos cristãos e grupos islâmicos que dividem a população.

Uma grande preocupação acerca do futuro não somente da Nigéria, mas também de todos os países banhados pelo Golfo da Guiné, é o da possível “iraquização” da região. Esse fenômeno dar-se-ia pela crescente busca por parte dos Estados Unidos de fontes alternativas para a obtenção de petróleo, uma vez que mostra-se cada vez mais custoso para o país explorar esse recurso no cenário conturbado do Oriente Médio (ESTERHUYSE, 2008; KEENAN, 2013). Tal política foi, em parte, evidenciada pela declaração norte-americana durante o governo George W. Bush em 2008, anunciando que, até 2015, 35% das importações de petróleo do país poderiam vir da África Ocidental – o que já foi atingido em 2013 (KEENAN, 2013).

Com isso, segue o receio de uma crescente militarização do país por parte dos Estados Unidos para que estes consigam seus objetivos através de meios neoconservadores, a exemplo do que ocorreu no Oriente Médio (ESTERHUYSE, 2008). Em um momento em que tropas ocidentais penetram cada vez mais na região do Sahel com justificativas de guerra ao terror, permanece o questionamento se as investidas norte-americanas em direção ao Golfo virão pelo Norte e não pelo mar.

Aliado a esse aspecto, há, ainda, a possibilidade de contrair-se uma “doença holandesa”¹⁵, também desastrosa para o país. Tal fenômeno ocorre quando um Estado vê-se dependente de um determinado recurso natural para sua inserção internacional. Nesse caso, o petróleo não cumpriria o papel de trazer desenvolvimento para a população, mas sim de atrair iniciativas puramente extrativas e exploratórias para a Nigéria, enriquecendo apenas elites locais e estrangeiras.

¹⁴ O Boko Haram foi recentemente classificado pela Secretaria de Estado dos Estados Unidos como um grupo terrorista (US TO NAME..., 2013). Nos últimos meses, a Nigéria vem testemunhando uma vultuosa intensificação dos ataques desta organização. Notavelmente, seus membros deixaram de ter como alvo somente forças do governo, passando a atacar também a população local – cristã e muçumana. Estes atos vêm acompanhados de uma sofisticação dos armamentos e das táticas do grupo. O sequestro realizado pelo Boko Haram de aproximadamente 275 garotas em um vilarejo no Norte da Nigéria, em abril de 2014, levou a população e a comunidade internacional a questionar ativamente a capacidade do governo nigeriano em conter a onda de violência que assola o país (SCHULTZ, 2014).

¹⁵ Sobreapreciação permanente da taxa de câmbio de um país devido à abundância de recursos naturais, que os tornam baratos que garantem rendas ricardianas aos países detentores que exportam as commodities com eles produzidos (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2007).

6 Multilateralismo: a participação ativa da Nigéria em fóruns de discussão

No que diz respeito a ações multilaterais, a Nigéria é um dos grandes pioneiros africanos. A Guerra do Biafra, já citada anteriormente, mostrou para o país africano a importância de manter relações amistosas com seus vizinhos mais próximos para assegurar uma zona de estabilidade (MACHADO, 2013). Nesse sentido, a ECOWAS surge como a consolidação dessa postura: reformulações dos fins da comunidade levaram a novas caracterizações, sendo a ECOWAS atualmente também conhecida por sua capacidade de intervenção militar em conflitos locais, como o caso de sua atuação frente à situação de guerra civil no Mali (ROBERTO; CLOSS; RONCONI, 2013).

Outra organização de grande relevância para o exercício do multilateralismo nigeriano é a União Africana. Criada em 1963, ainda com o nome de Organização da Unidade Africana, a UA é reformulada em 2002, quando ganha a atual denominação. O órgão é constituído aos moldes da Organização das Nações Unidas (ONU) e tem como objetivo primordial garantir a integração do continente africano a fins de promover o desenvolvimento de seus membros. Nesse contexto, a Nigéria aparece como um dos principais contribuintes, dada sua situação econômica, ao lado de Argélia, África do Sul, Egito e Líbia (VISENTINI, 2003). Esse fato garante aos diplomatas nigerianos um papel de destaque no processo decisório. De fato, ainda que o organismo preze pela igualdade de votos, a grande contribuição para o orçamento total garante à Nigéria um significativo poder de barganha frente a seus companheiros africanos. Também no sentido de buscar resolver os conflitos internos do continente, a União Africana promove suas próprias missões de paz, que infelizmente contam com dificuldades procedimentais devido a restrições orçamentárias, na tentativa de promover a independência da região em relação à ação externa (VISENTINI, 2003). Dessa forma, a Nigéria tem apoiado essas iniciativas, cientes da importância desse passo para a comunidade africana.

Como já dito antes, a posição da Nigéria como grande produtor mundial de petróleo a coloca em uma posição estratégica no âmbito do Atlântico Sul. Nesse sentido, a Nigéria aparece também como membro da ZOPACAS, um fórum de cooperação, criado em 1986, por uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, sob iniciativa brasileira. A organização busca promover um ambiente de paz e segurança na região, ao contrário do que se sucedeu no Atlântico Norte (militarizado no contexto da Guerra Fria pelas Nações locais, sob comando dos EUA), evitando, assim, a proliferação de armas nucleares e a militarização local (GONÇALVES, 2013).

De certa forma, a ZOPACAS serve como um meio para que os Estados do Atlântico Sul, sob a liderança brasileira e sul-africana, forjem uma aliança

securitária contrária aos novos avanços ocidentais na região, que visam, de certa forma, a subjugá-la aos interesses do Atlântico Norte com a “integração” de ambas regiões. Caracterizam tais avanços reacionários o retorno das operações da IV Frota dos Estados Unidos¹⁶ e os crescentes investimentos no AFRICOM (Comando Norte-americano para África)¹⁷ (VISENTINI, 2010). Interessa, portanto, tanto para países africanos quanto sul-americanos, cooperar por meio desta organização, principalmente tendo em vista a necessidade de uma securitização de seus valiosos recursos naturais *offshore* (fora da costa).

7 Considerações finais

A política externa do Governo Lula permitiu não somente uma retomada de contatos diplomáticos com a África, como também um aprofundamento dessas relações sob um caráter multidimensional (VISENTINI, 2010). A estratégia referente à cooperação Sul-Sul é, assim, fortemente incentivada e o país buscará inserir-se de maneira vantajada no Renascimento Africano.

A partir da evidência dos setores deficientes na Nigéria, com a elucidação dos principais obstáculos enfrentados pelo país, e todas as formas de cooperação que o Brasil – assim como outros países emergentes, como Índia e China – podem oferecer para os países africanos, fica claro que há uma complementaridade entre os interesses brasileiros e nigerianos em seus respectivos projetos desenvolvimentistas.

É dentro dessa realidade que uma aproximação entre os dois países banhados pela porção Sul do Oceano Atlântico possibilita ganhos positivos para ambos. No caso da Nigéria, o desenvolvimento de setores complementares aos petrolíferos extrativistas, advindo de investimentos estrangeiros, acarreta uma melhor distribuição de recursos para a sociedade nigeriana. Tais iniciativas buscam impulsionar o crescimento da indústria no país e permitem que políticas de bem-estar social sejam implementadas. A quebra do paradigma do petróleo por meio de incentivos externos, portanto, torna-se necessária para o desenvolvimento interno.

Para o Brasil, uma parceria estratégica com a Nigéria resultaria na consolidação de uma importante aliança no continente africano. Entretanto, deve-se evitar uma visão ingênua acerca das intenções do Brasil neste caso, que não são movidas puramente por ímpetos altruístas, mas principalmente pelos grandes ganhos econômicos resultantes da cooperação com a África, assim como os subseqüentes ganhos políticos do mesmo. Economicamente, uma forte parceria com a Nigéria permite o acesso aos recursos naturais do Delta do Níger e ao mercado emergente

¹⁶ Divisão da Marinha dos Estados Unidos responsável pela patrulha de águas que circundam o Caribe, a América Central e a América do Sul. Previamente desmobilizada em 1950.

¹⁷ As operações do Comando dos Estados Unidos para a África são exercidas no continente através de uma rede de bases norte-americanas sob comando de sua sede em Stuttgart, na Alemanha.

do país, campo de atuação ideal para empresas transnacionais brasileiras e para a exportação de bens manufaturados. Além disso, ganhos políticos e securitários são obtidos ao se garantir parcerias consolidadas entre países com potencial de liderança no âmbito do Atlântico Sul.

Sendo assim, em um contexto de busca cada vez mais acirrada por reservas de petróleo, é preciso unir esforços para eliminar ou diminuir ao máximo a presença de potências extrarregionais na região do Atlântico Sul, de modo a garantir a soberania dos países locais sobre as riquezas que ali se encontram. Firmar uma parceria com a Nigéria entra, assim, como uma das principais estratégias brasileiras para a manutenção de uma zona de paz e cooperação e de uma parceria econômica que tem gerado bons frutos para ambos os países. Ademais, cabe lembrar que a ação conjunta entre esses países em fóruns multilaterais, defendendo os interesses do bloco dos Estados em desenvolvimento tem contribuído para a construção de um ambiente cada vez mais benéfico a esse conjunto de países, na tentativa de alcançar posições de maior destaque no cenário internacional.

Brazil-Nigeria bilateral relations: a case study from colonial period to present day

ABSTRACT: The present article intends to an analysis about the relations between Brazil and Nigeria, one of the greatest african economies from present day. From the presentation of general aspects and the analysis of historical and contemporary periods, the authors seek to elucidate how this relations can be mutual beneficial within the emergency of a new world order increasingly multipolar and multilateral. In terms of brazilian foreign policy, we intend to demonstrate the importance of diversifying political and economic partners to achieve an active position in the new world order.

KEYWORDS: Brazil-Africa Relations. Brazil-Nigeria Relations. Brazilian International Politics. South Atlantic. South-South Cooperation.

Referências

- AMAZÔNIA Azul: o patrimônio brasileiro no mar. *Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, [2013]. Disponível em: <<http://www.adseg.net.br/noticias/amazonia-azul-o-patrimonio-brasileiro-no-mar>>. Acesso em: 27 jan. 2016.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE). *Guia de Negócios – Nigéria*. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/comoExportar/GNNigeria.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2015.
- BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos; MARCONI, Nelson. Existe Doença Holandesa no Brasil? In: FÓRUM DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 4., 17-18 set. 2007, São Paulo.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *The World Factbook: Nigeria*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ni.html>>. Acesso em: 10 dez. 2013.
- CLAPHAM, Christopher. *Africa and the International System*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1996.
- DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: Brazil and the Challenge of African Decolonization, 1950-1980*. Durham, NC: Duke University Press, 2010.
- ECONOMIC COMMUNITY OF WEST AFRICAN STATES (ECOWAS). *About ECOWAS*. Disponível em: <<http://www.ecowas.int/>>. Acesso em: 11 nov. 2014.
- ESTERHUYSE, Abel. The Iraqization of Africa? Looking at AFRICOM from a South African Perspective. *Strategic Studies Quarterly*, Maxwell AFB, AL, p. 111-130, Spring 2008.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GONÇALVES, Natália Barbosa Argiles. As Relações entre o Brasil e a Nigéria: Cooperação Inter-Regional e Criação de Novas Alternativas aos Países do Sul. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS, 21-23 maio 2003, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2013. Disponível em: <http://www.sebreei.eventos.dype.com.br/resources/anais/21/1370922024_ARQUIVO_Natalia-Argiles.BRA-NIG.SEBREEI2013.final.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.

KEENAN, Jeremy. *The Dying Sahara: US Imperialism and Terror in Africa*. London: Pluto Press, 2013.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. Nova York: Simon & Schuster Paperbacks, 1994.

KRUGMAN, Paul. The Gold Bug Variations. *The Unofficial Paul Krugman Archive*, 1996. Disponível em: <<http://www.pkarchive.org/cranks/goldbug.html>>. Acesso em: 14 maio 2014.

LECHINI, Gladys. *Argentina y África en el espejo de Brasil: ¿política por impulsos o construcción de una política exterior?* Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

MACHADO, Iara Binta. O Brasil na África: Uma análise das Relações Brasil-Nigéria entre 1961 e 2012. jul. 2013. 93 f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais)–Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/96553/000917239.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

MONIÉ, Frédéric. Petróleo, Desenvolvimento e Dinâmicas Espaciais na África Subsaariana. In: MONIÉ, Frédéric; BINSZTOK, Jacob (Org.). *Geografia e Geopolítica do Petróleo*. Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 2012.

NIGERIA BECOMES Africa's biggest economy. *BBC News*, 6 Apr. 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/business-26913497>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

NIGERIA ELECTION: Muhammadu Buhari wins presidency. *BBC News*, Apr. 2015. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-32139858>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. Nigéria: História da Política Externa e das Relações Internacionais. dez. 2012. 115 f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais)–Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/71691/000879352.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. *O Século XX – O tempo das crises*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasil, 2000. p. 229-265.

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011.

REYNOLDS, Jonathan T. *The Time of Politics (Zamanin Siyasa): Islam and the Politics of Legitimacy in Northern Nigeria, 1950-1966*. San Francisco: International Scholars Publications, 1999. 229 p.

ROBERTO, Willian Moraes; CLOSS, Marília Bernardes; RONCONI, Giordano Bruno Antoniazzi. The Situation in Mali. *UFRGSMUN – UFRGS – Model United Nations Journal*, v. 1, p. 71-97, 2013.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SCHULTZ, Heidi. Nigeria's Boko Haram: Who Are They and What Do They Want? *National Geographic News*, 8 May 2014. Disponível em: <<http://news.nationalgeographic.com/news/2014/05/140507-boko-haram-nigeria-borno-state-maiduguri-mohammed-yusuf-abubukar-shekau-goodluck-jonathan-world/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

TORRES, Adelino. A Crise do Desenvolvimento Africano nos Anos 80. *Estudos de Economia*, Sorocaba, v. VI, n. 3, abr./jun. 1986.

US TO NAME Nigeria's Boko Haram as a terrorist group. *Telegraph*, 13 Nov. 2013. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/northamerica/usa/10445603/US-to-name-Nigerias-Boko-Haram-as-a-terrorist-group.html>>. Acesso em: 8 dez. 2013.

VERSCHAVE, François-Xavier. *De la Françafrique à la Mafrafrique*. Bruxelas: Tribord, 2005.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A África na Política Internacional: O Sistema Inter-africano e sua Inserção Mundial*. Curitiba: Juruá, 2010.

_____. *A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. *A primavera árabe: entre a democracia e a geopolítica do petróleo*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

_____. África: Relações Internacionais e Construção do Estado-Nação. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 33, p. 89-117, jun./jul. 2003.

VISENTINI, Paulo; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *História Mundial Contemporânea (1776-1991)*. Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2012.

